

## Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 16/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.062673/2017-18

Em 25 de setembro de 2017.

<b>Assunto: 5ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no Amapá</b>
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.001914/2014-86
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> SEMA – Macapá/AP
<b>Data:</b> 05/07/2017
<b>Participantes:</b> Técnicos da SEMA, IMAP, IEPA e Defesa Civil.

### Relato

1. A 5ª oficina de planejamento e acompanhamento do Progestão no Amapá teve como principal objetivo discutir as estratégias para implementação das diretrizes citadas no Informe nº 04, de 3 de março de 2017, visando ao alcance das metas de cooperação federativa e das metas de gerenciamento de recursos hídricos de domínio do Amapá pactuadas no âmbito do Progestão.
2. Durante a reunião foram discutidas as atividades a serem realizadas para atingimento das metas de cooperação federativa e estaduais no ano de 2017, além de identificar os responsáveis pela sua execução.
3. A reunião ocorreu no auditório da SEMA/AP, em Macapá/AP, e transcorreu sem dificuldades. Participaram da reunião diversos técnicos da SEMA, IMAP e IEPA, além de representante da Defesa Civil, conforme lista de presença anexa. Na parte da manhã foram analisadas as metas de cooperação federativa e a tarde as metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual.

### Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

4. Meta de cooperação federativa I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos: já foram elaboradas minutas de normativos de outorga que estão em análise por um Grupo de Trabalho constituído por técnicos da SEMA e do IMAP e a previsão é que a regulamentação seja aprovada pelo Conselho Estadual (CERH/AP) até agosto de 2017, de forma que, até dezembro de 2017, o estado compartilhe ao menos uma outorga concedida no CNARH. Também podem ser compartilhados dados de usos insignificantes.
5. Meta de cooperação federativa I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas: assim como na meta de cooperação federativa I.1, para o 3º período de avaliação do Progestão, o estado do Amapá deverá normatizar a outorga de águas subterrâneas e compartilhar os dados complementares de poços até o final de 2017. Será publicado Informe específico sobre esta meta, a partir de orientações da ANA/COSUB.
6. Meta de cooperação federativa I.3: o estado do Amapá ainda não faz monitoramento de qualidade de água e não tem planos de recursos hídricos (nem estadual, nem de bacias hidrográficas). No entanto, com o início previsto para concessão de outorga em 2017, o estado deverá informar os dados de outorga para agregar tais informações ao Relatório de Conjuntura.
7. Meta de cooperação federativa I.4 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos: o estado tem tido dificuldades para realizar a manutenção corretiva das PCDs da rede de alerta, por falta de peças de reposição e veículo adequado para visita às estações. O estado deverá contatar oficialmente a ANA para verificar a possibilidade de envio pela Agência de estações sobressalentes, bem como de um barco e mais um carro apropriado às realidades do estado. Cabe ressaltar que, por ocasião

da oficina, a planilha do gestor PCD do estado apresentava ITD médio abaixo de 80% em todos os meses de 2017. Com relação à Sala de Situação, o Amapá deverá inserir dados de monitoramento hidrometeorológico nos boletins que já são emitidos e consolidar a rotina de envio das informações aos órgãos pertinentes (Defesa Civil, ANA, CENAD e CEMADEN), além de disponibilizar link para acesso às informações na página da SEMA (o IEPA já tem o link). Também deverá ser encaminhada, no Relatório Progestão, a lista de instituições que recebem os boletins.

8. Meta de cooperação federativa I.5 –Atuação para Segurança de Barragens: o estado do Amapá deverá contatar a COSER/SRE/ANA para verificar como se dará o cumprimento dessa meta em 2017. O estado fez um levantamento das barragens existentes e ainda há dúvidas se a usina de Capivara é passível de ser enquadrada na Lei nº 12.334/2010.

9. Quanto às metas de gerenciamento em âmbito estadual, das 23 variáveis avaliadas, o Amapá identificou desafio em 12, com destaque para as variáveis 1.4, 2.2 e 4.1 (Arcabouço legal, Divisão hidrográfica e Outorga de direito de uso, respectivamente), uma vez que são variáveis de cumprimento obrigatório. Para tanto, o estado deve avançar na regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e operacionalização da outorga no estado, o que já está em fase de encaminhamento para aprovação do CERH/AP em agosto de 2017. Quanto à divisão hidrográfica, está prevista a realização de capacitação de técnicos da SEMA/CGTIA pela ANA com vistas à elaboração de uma proposta com base em metodologia apropriada. Não há necessidade de aprovação dessa proposta junto ao CERH/AP, mas o estado demonstrou intenção de fazê-lo.

10. Ficou sinalizado um próximo evento de acompanhamento, provavelmente em novembro de 2017, para verificar o andamento das ações planejadas.

11. Anexo, estão, em detalhe, as atividades propostas para o 3º período do estado do Amapá no âmbito do Progestão.

## **Conclusão**

12. A reunião atendeu plenamente aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2017, com expectativas de atingimento das metas de cooperação federativa e das metas de gerenciamento em âmbito do estado do Amapá.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
FLÁVIA SIMÕES FERREIRA RODRIGUES  
Gestora do Contrato nº 076/ANA/2015  
Portaria ANA nº 141, de 30 de março de 2016

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
BRANDINA DE AMORIM  
Coordenadora Substituta da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
CARLOS MOTTA NUNES  
Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
NÚCLEO DA AGENDA AZUL/CPNA/SEMA

REUNIÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO

DATA: 05 DE JULHO DE 2017

NOME	ÓRGÃO	CONTATO
Benedito de Pinho Coelho	SECERH/AP - SEMA	9913767591
HERMENEGILDO C. C. NETO	SEMA/AP - ADIN	98118-6635
Alcindo SILVA	SEMA/NAA/CPNA	983332673
Julliano E. S. Vilhena	Sala de Situação - AP/IEPA/SEMA	981440715
Ulisses Robinson de Andrade	Defesa Civil / Sala de Situação / CBMAP	98125-4254 / 99139-5242
Leonardo Fernandes Vale	CGTIA/SEMA	991465617
PATRIK FARIAS	CGTIA/SEMA	(96) 981135709
Julia P. Oller	MITMEF / IEPA	(96) 99109-0813

Belma Dias dos Santos	IMAP / INFRH	96 991449520
Glauce do Socorro dos Santos	IMAP / INFRH	96 981259770
ALLAN COSTA E SILVA MACIEL	IMAP / NAR	96 98111-2111
Odilina Cardoso Oliveira	SEMA / AG AGR	96 98125-7929
Indirnila A. Rodrigues	AUA	61 98171 4973
Flávia S.F. Rodrigues	ANA	61 2109 5122 / 98569-7946
Marcia de Araujo Gomes Brito	SEMA / CEIA	96 99120056
Rebe de Jesus da Silva Ribeiro	SEMA / AGENCIA AGR	96 981163722

**Relatório PROGESTÃO Anual.**

**Lista: AMAPÁ | Período: 2017.**

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 04/07/2017 16:21.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	MÉDIA	
30080000	CAPIVARA	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	AP	abr/01	30	39	55	49	49	100	91	54	
8151002	CAPIVARA	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	abr/01	30	39	56	50	49	100	91		
30050000	ESTIRÃO DO CRICOU	(F)	PS	Ativo	VA-3	NI-1,7,3; VA-S	SA	AP	dez/03	100	100	100	100	100	89	92		
8351006	ESTIRÃO DO CRICOU	(P)	PS	Ativo	VA-3	PR-1	SA	AP	dez/03	100	100	99	100	100	89	92		
0	LARANJAL DO JARI MONTANTE	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		AP	mai/14	0	0	9	9	1	0	0		
452002	LARANJAL DO JARI MONTANTE	(P)	PS	Ativo		PR-1		AP	mai/14	100	48	18	9	1	0	0		
19500000	MACAPÁ	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	AP	mai/03	0	0	0	0	0	0	0		
8051017	MACAPÁ	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	mai/03	100	100	100	100	100	100	91		
30055000	PONTE CASSIPORE	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-S		AP	out/14	6	0	0	0	0	0	0		
8251004	PONTE CASSIPORE	(P)	PS	Ativo		PR-1		AP	out/14	40	6	14	0	0	0	0		
30300000	SERRA DO NAVIO	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	AP	abr/97	100	100	100	100	100	100	91		
8052000	SERRA DO NAVIO	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	abr/97	100	100	100	100	100	100	91		
<b>MÉDIAS:</b>										59	53	54	51	50	57	53		54
Origem:	AE - ana/inpe   AM - ana/sivam   SO - setor elétrico   CE - cotaonline   PS - projetos_especiais .																	
Marca:	VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555)   CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000)   HO - HIDROMECC/OTT (4: GP; 5: GO)   RM - RMQA_GPRS (8: RMQA_GPRS)   CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).																	
Sensor:	PR - Precipitacao: (1: Báscula; 2: Não Especificado).																	
Sensor:	NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).																	
Sensor:	VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).																	
Transmissão:	SA - SCD/ARGOS   GO - GOES   GP - GPRS   RM - RMQA.																	
Maior que 90%				Entre 80% e 90%				Menor que 80%				Estação não Instalada ou Desativada						
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA – SGH AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA																		

## METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Instituição responsável no Estado	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Situação da Meta 2016	Situação da Meta 2017	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta
I.1	<b>Integração das bases cadastrais /</b> Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia e Maurício Pontes/SFI	Cleane/Allan/Odileia	IMAP/SEMA	Técnicos do Amapá junto com o Secretário visitaram o estado do Acre para fins de conhecer os normativos e procedimentos de outorga adotados pelo IMAC/AC, com características semelhantes ao Amapá. Regulamentos dos estados do Amazonas e do Mato Grosso também foram consultados para servir de referência para os regulamentos a serem implementados.	Ainda não foram cadastrados os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário das sedes municipais, mas há a previsão de fazê-lo ainda em 2016. Foi realizada visita ao Acre para conhecimento dos normativos de outorga do estado. Dos 16 municípios do estado foram cadastrados 14, sendo que nos 2 faltantes a captação é em corpo hídrico de domínio federal. Dessa forma, a meta referente a 2016 foi certificada em 100%.	Já foi constituído Grupo de Trabalho (IMAP/SEMA) com prazos para elaborar proposta de normativos para outorga do uso de recursos hídricos no estado. A previsão é que a regulamentação seja aprovada pelo CERH/AP até agosto/2017. As minutas já foram apresentadas ao Secretário.	Propor e aprovar junto ao CERH normativos com critérios para concessão e dispensa de outorga no estado e compartilhar pelo menos uma outorga no CNARH até dezembro OU cadastrar as indústrias de médio porte (acima de 50 empregados) existentes no estado que possuam interferências (captações e/ou lançamentos) em corpos hídricos de domínio estadual. Até 31/01/2018.
I.2	<b>Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas /</b> Informações disponibilizadas para o SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Cleane/Juliana	IMAP/SEMA	Técnicos do Amapá junto com o Secretário visitaram o estado do Acre para fins de conhecer os normativos e procedimentos de outorga adotados pelo IMAC/AC, com características semelhantes ao Amapá. Regulamentos dos estados do Amazonas e do Mato Grosso também foram consultados para servir de referência para os regulamentos a serem implementados.	O questionário respondido foi encaminhado à ANA em dezembro de 2015. Em 2016 as atualizações das informações referentes à SEMA/AP já foram providenciadas, restando apenas coletar as informações atualizadas sob responsabilidade do IMAP.	O questionário enviado foi considerado satisfatório pela Cosub e o estado atingiu 100% desta meta em 2016. Também devem ser proposta a regulamentação dos normativos de outorga de águas subterrâneas.	Propor e aprovar junto ao CERH normativos com critérios para concessão e dispensa de outorga de água subterrânea no estado e compartilhar pelo menos uma outorga no CNARH até dezembro.
I.3	<b>Contribuição para difusão do conhecimento /</b> Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Odileia	SEMA/IMAP	Inicialmente não havia no estado informações a serem disponibilizadas para o Conjuntura (não havia outorga, não há plano estadual nem de bacias hidrográficas e não era realizado monitoramento da qualidade de água).	As informações foram repassadas à ANA por e-mail e por ofício.	Esta meta foi considerada atendida pela SPR. A previsão é que seja assinado o Qualágua ainda em julho de 2017.	Disponibilizar informações pertinentes até outubro de cada ano.
I.4	<b>Prevenção de eventos hidrológicos críticos /</b> Sala de Situação e manutenção corretiva da rede telemétrica de alerta	Alessandra Couri/SOE e Fabrício/SGH	Ângelo	SEMA, IEPA e Defesa Civil	A sala de situação conta com um veículo e a CPRM/Belém dá apoio na manutenção preventiva das estações telemétricas. A sala está com dificuldades para obtenção de recursos para manutenção corretiva (compra de equipamentos de reposição, combustível, diárias). Foi solicitado verificar, junto à ANA, a previsão de envio adicional de um barco e mais um carro tendo em vista a previsão de instalação de mais 5 estações este ano. A operação da sala de situação no estado é feita em parceria com a Defesa Civil.	O manual da sala de situação está em processo de aprimoramento, com a inserção das questões críticas específicas do Amapá e há previsão de iniciar, a partir de dezembro de 2016, a inserção na página do IEPA dos boletins hidrometeorológicos, com acesso também via celular. O TCT entre SEMA, IEPA e Defesa Civil para operação da sala de situação ainda vige. Com relação às estações da rede de alerta, a ANA enviou 4 novos equipamentos, sendo que 2 substituíram estações que haviam sido furtadas (Cativara e Serra do Navio) e um foi instalado em Macapá (que persiste com problemas). Um equipamento ficará como reserva para eventual substituição de outras estações.	O Manual da Sala de Situação foi certificado em 40%. A SOE considerou que informações essenciais, como bacias prioritárias, estações componentes da rede alerta e critérios para avaliação de rios e reservatórios no Estado, não foram mencionados no Manual. De acordo com o gestor PCD, o estado conta com 6 estações funcionando (Cativara, Estirão do Cricou, Laranjal do Jari Montante, Macapá, Ponte Cassipore e Serra do Navio). Em todos os meses de julho não foi atingido o ITD mínimo de 80% da meta (média igual a 54%).	Realizar as manutenções corretivas nas estações de modo a garantir o índice de transmissão da meta. Inserir dados de monitoramento hidrológico nos boletins que já são emitidos pela sala de situação e consolidar a rotina de envio das informações aos órgãos pertinentes (Defesa Civil, ANA, CENAD e CEMADEN). Os boletins devem ser disponibilizados na página da internet da SEMA (IEPA já tem link). Encaminhar a lista das instituições que recebem os boletins.

## METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Instituição responsável no Estado	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Situação da Meta 2016	Situação da Meta 2017	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta
1.5	Atuação para segurança de barragens / Cadastro, classificação e regulamentação da política de barragens no estado	Fernanda Laus/SRE	Alcindo/ Alan	SEMA e IMAP	Segundo inicialmente informado, o estado não apresenta barragens de piscicultura passíveis de cadastramento (somente tanques escavados de pequeno porte). As barragens existentes são de mineração ou de geração de energia hidroelétrica.	A princípio o estado não tem barragens enquadradas na Lei nº12.334/2010.	O IMAP considera que deve haver gestão do órgão com relação à barragem de mineração identificada no estado. Também irão avaliar a existência de barragens de piscicultura. As barragens levantadas devem ser cadastradas e classificadas.	Levantar informações sobre a usina de Capivara (se é PCH ou CGH) para verificar se é passível de ser enquadrada na Lei 12.334/2010. Verificar a existência de barragens para fins de piscicultura.

## METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS 2017	Responsável
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização Institucional do modelo de gestão</u>	B	20	2	3	3	NÃO	O Núcleo da Agenda Azul é o setor da SEMA/AP responsável pela coordenação das ações do Poder Executivo Estadual inerentes à implementação da política estadual de recursos hídricos (Lei estadual nº 686/2002). Em função do cumprimento das metas contratuais do Progestão, além de outros programas como o PNQA/Qualiágua e a coordenação no desenvolvimento de ações conjuntas com a ANA, referentes à operação da sala de situação no Amapá, identificou-se a necessidade de se estruturar uma área específica de recursos hídricos na SEMA. Há previsões de mudança do setor para outro local, porém ainda nada definido. Assim, o Núcleo da Agenda Azul ainda não dispõe de espaço para o adequado funcionamento.	As instituições responsáveis pela implementação da política de recursos hídricos no estado compreendem o Núcleo da Agenda Azul da SEMA, o CERH e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), além do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA) que, em conjunto com a Defesa Civil, apoia a operação da Sala de Situação. Há estudo da FGV que indica a necessidade de haver uma área específica responsável por recursos hídricos na SEMA.	Refletir sobre a possibilidade de se estruturar uma área específica responsável pela política de recursos hídricos na SEMA, tendo em vista o Progestão, o PNQA/Qualiágua, o ACT da Sala de Situação e demais programas da ANA e de outras entidades que repassam recursos/equipamentos para o estado. Articular com o CERH apoio a esta mudança. Também seria salutar ter uma área específica de recursos hídricos no IMAP para tratar sobretudo da outorga e consequente atividades de fiscalização.	Marcelo Creão e Rita
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	B		2	4	4	NÃO	Há a necessidade de contratação de estagiários visando apoiar ações previstas ao alcance das metas estabelecidas no âmbito do Progestão. A demanda foi remetida ao Gabinete/SEMA e o processo encontra-se em tramitação.	O Núcleo da Agenda Azul e a Secretaria Executiva do CERH contam com 5 servidores (Benedito, Edilene, Odiléia, Juliana e Alcindo). O IMAP dispõe de 2 técnicos (Clean e Allan), enquanto no IEPA os servidores Ângelo e Daniel, juntamente com Marlon e demais da Defesa Civil, são responsáveis pela Sala de Situação. Registra-se que o Secretário Marcelo Creão é também integrante do quadro permanente da SEMA. Mesmo com esse efetivo, há um déficit de pessoal para as atividades que a Agenda Azul deverá passar a assumir.	Necessidade de contratação de bolsistas e estagiários para apoiar o cumprimento de metas do Progestão, bem como de definição clara dos responsáveis pelas metas.	Marcelo Creão e Rita
	1.4	<u>Arcabouço legal</u>	B		3	3	2	SIM	Esta meta exige muitos desafios para o estado do Amapá, pois vários instrumentos de gestão da política estadual precisam ser regulamentados. No período de 05 a 08/03/2017 foi realizada visita técnica à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre - SEMA/AC e Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC visando o intercâmbio de informações sobre a gestão de recursos hídricos. O objetivo foi conhecer os procedimentos adotados no estado do Acre quanto à regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e a operacionalização da concessão e dispensa da outorga de direito de uso dos recursos hídricos no estado.	Vários instrumentos de gestão de recursos hídricos necessitam ser regulamentados.	Priorizar a regulamentação, por meio de portarias e outros instrumentos legais, dos critérios de concessão e dispensa de outorga no estado. Revisar o normativo de composição e funcionamento do CERH.	IMAP (outorga), Benedito/Edilene (CERH)
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	B		3	3	3	NÃO	O conselho ainda funciona em condições precárias. O regimento interno do CERH deverá ser revisado, pois há a necessidade de reestruturação do CERH, tendo em vista uma melhor representatividade dos segmentos que compõem o conselho (poder público, usuários e sociedade civil). O site oficial da SEMA apresenta um link sobre as informações pertinentes ao conselho.	A atual representação no CERH/AP apresenta algumas discrepâncias, além de baixa representatividade de alguns segmentos (usuários, por exemplo).	Discutir a reestruturação do CERH, com proposta de nova composição tendo em vista uma melhor distribuição entre os segmentos do poder público, usuários e sociedade civil. Na oportunidade foi também alertado que o segmento do poder público, integrante do Conselho, não deve ser composto por funcionários da SEMA uma vez que estes devem estar disponíveis para subsidiar as decisões dos conselheiros. Alimentar a página do CERH/AP com informações específicas das reuniões e decisões do Conselho (deliberações, composição, regimento interno, etc.)	Benedito / Edilene
	1.8	Comunicação social e difusão	I		2	3	2	SIM	Atualmente existe um link com informações do Progestão no site oficial da Sema. No entanto, temos dificuldades nas atualizações da página da Sema, pois o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do estado (PRODAP) centraliza as atualizações e modificações nos sites governamentais.	As iniciativas de comunicação integram as ações da assessoria do governo estadual. Há um link na página da SEMA para o Progestão.	Aperfeiçoar a página da internet da Agenda Azul da SEMA com informações mais detalhadas da política de recursos hídricos.	Patrick

## 5ª Oficina de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão - 5 de julho de 2017

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS ANO 3: 2017

## METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS 2017	Responsável
	1.9	Capacitação setorial	B		2	3	1	SIM	A partir das informações obtidas na IV Oficina do Projeto DesenvolveRH, promovida pela ANA nos dias 1 e 2/12/2016 em Brasília, está sendo desenvolvido o Plano de Ação de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos do Amapá. A conclusão do Plano está prevista para 2017.	O estado não conta com um plano de capacitação em ações de recursos hídricos.	Elaborar e implementar o plano de capacitação, em consonância com as diretrizes repassadas pelo DesenvolveRH disponibilizadas pela ANA.	Odileia/Danilo
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	2	2	NÃO	O IMAP realizou cadastro de 29 sistemas públicos de abastecimento de água de sedes municipais atendidos por corpos hídricos de domínio estadual. Os dados foram inseridos diretamente na plataforma do CNARH40.	O principal setor usuário é o saneamento. O estado conta com 16 municípios abastecidos pela Companhia de Água e Esgoto do estado (CAESA).	Efetivar parceria com a CAESA para procedimentos com vistas ao processo de regularização das captações superficiais e subterrâneas para abastecimento público das sedes municipais.	IMAP/SEMA

São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)

META II.2 - Variáveis de Planejamento	2.1	Balanco hídrico	B	15	2	2	1	SIM	Não há estudos específicos sobre disponibilidade hídrica no Amapá.	Não há nenhum estudo específico sobre disponibilidade hídrica no estado, que também não conta com um Plano Estadual de Recursos Hídricos.	Aguardar o andamento da elaboração do PERH para ter alguma informação mais consolidada sobre balanço. Atualmente as bacias do Araguari e Jari são as únicas que apresentam mais informações.	SEMA/IMAP
	2.2	Divisão hidrográfica	B		2	2	1	SIM	De acordo com a Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia da Informação (CGTIA/SEMA), já temos insumos da base cartográfica para executarmos a delimitação de algumas bacias hidrográficas do estado. Dessa forma, a SEMA solicitou à ANA apoio para capacitação da equipe técnica do Amapá que irá trabalhar na delimitação das bacias. Isto se torna necessário para posteriormente apresentarmos ao CERH uma proposta de divisão hidrográfica para o Amapá, em conformidade com a metodologia adotada pela ANA.	Não há divisão hidrográfica formalizada no estado.	Efetivar a capacitação da ANA para técnico do CGTIA visando resultar em uma proposta de divisão hidrográfica com base em metodologia apropriada. A proposta não precisa ser aprovada pelo CERH/AP, mas é previsto que o Conselho aprecie essa proposta ainda em 2017.	Patrick
	2.3	Planejamento estratégico institucional	I		2	2	2	NÃO	Conforme informações da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da SEMA, existe um planejamento da gestão de recursos hídricos dentro do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPLAG), do Governo do estado do Amapá. Esse planejamento estratégico foi inserido na ação 2550 (gestão de recursos financeiros provenientes do FERH), no plano orçamentário, realizado de julho a agosto de 2015, e inserido no PPA (2016-2019). Atividades relacionadas do Progestão estão sendo planejadas para o período 2017-2018.	Os técnicos envolvidos com a Agenda Azul já estão discutindo um plano de trabalho para as atividades relacionadas com o Progestão em 2017-2018.	Discutir a planilha de atividades a serem desenvolvidas no estado no período 2017-2018 contendo uma estimativa de custos a ser aprovada pelo Secretário e apreciada pelo CERH/AP.	Odileia/Creão
	2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	1	SIM	Em fevereiro de 2017, a SEMA entrou em contato com o MMA, na tentativa de retomada de apoio do Ministério quanto à elaboração do PERH, tendo em vista que o projeto para elaboração do PERH/AP foi submetido ao Edital nº 01/2012 do FNMA, o qual naquele momento foi selecionado. Assim, a SEMA formalizou a solicitação de apoio do MMA através do Ofício nº 225/2017 - AA/CPNA/SEMA, encaminhado ao Secretário Executivo do MMA. Destarte, aguarda-se quais procedimentos deverão ser adotados.	O estado não dispõe de um Plano Estadual de Recursos Hídricos. Contatos com a SRHQ para este propósito já foram feitos.	Retomar os contatos com a SRHQ para tentar viabilizar a contratação e elaboração do PERH-AP com recursos do FNMA.	SEMA/Alcindo e Danilo

Uma variável de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.2)

Alcance em pelo menos uma variável de Planejamento

	3.1	Base cartográfica	B		2	2	2	NÃO	Está prevista para o ano de 2017 a homologação da Base Cartográfica Digital Contínua do estado do Amapá.	Está sendo finalizado mapeamento de todo estado em escalas de 1:2.000 até 1:50.000 e já existem 2 grupos de trabalho atuando neste tema.	A base está em processo de aperfeiçoamento e em 2017 deverá ser homologada pelo IBGE.	SEMA
	3.2	Cadastros de usuários e infraestrutura	I		2	3	1	SIM	O Amapá não possui sistema próprio de informações sobre recursos hídricos. Assim, para o cumprimento da meta, o IMAP inseriu os dados de usuários de recursos hídricos diretamente na plataforma do CNARH 40. Foram realizados os cadastros de 29 sistemas públicos de abastecimento de água de 14 sedes municipais atendidos por corpos hídricos de domínio estadual.	Realizado o cadastro dos sistemas de abastecimento público de 14 sedes municipais.	Cadastrar uma atividade grande/medio porte usuária de água.	IMAP

## METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS 2017	Responsável
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	3.3	Monitoramento hidrometeorológico	A	10	2	3	3	NÃO	No momento, a sala de situação do Amapá realiza o monitoramento de 6 PCDs, que integram a Rede de Alerta. Conforme planejamento de 2017, pretende-se ampliar para um total de 10 estações. Nos dias 30 e 31/03/2017 representantes do Amapá participaram da Oficina de Acompanhamento, Avaliação e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais promovida pela ANA.	Está em articulação um acordo para o estado passar a operar as estações do Cemaden (entre 10 e 15 estações pluviométricas). Atualmente o estado recebe informações de 4 estações operadas pelo Inmet, além de outras 10 das UHEs existentes.	Ampliar as PCDs da rede de alerta do estado e viabilizar despesas de custeio das manutenções corretivas destas estações com recursos do Progestão. Participar dos eventos de capacitação como os Seminários das Salas de Situação organizados anualmente pela ANA. Renovar ACT da SEMA com o IEPA (elaborar o Plano de Trabalho do ACT).	IEPA/Defesa Civil
	3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		2	2	2	NÃO	Em novembro de 2016 ocorreu uma reunião entre IMAP e ANA sobre a adesão do Amapá ao Programa Qualidade. O IMAP encaminhou ofício ao Gabinete do Governador para que o Governo do Estado manifeste interesse junto à ANA em aderir ao Programa. Até o momento aguarda-se manifestação do Governo do Amapá quanto à adesão.	Não há monitoramento da qualidade da água no estado.	A formalização da adesão ao Qualidade deve acontecer entre julho/agosto.	IMAP/Allan
	3.5	Sistema de informações	A		2	2	2	NÃO	Atualmente existe um link com informações do Progestão no site oficial da Sema. No entanto, temos dificuldades nas atualizações da página da Sema, pois o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do estado (PRODAP) centraliza as atualizações e modificações nos sites governamentais.	Deficiência de informações sobre recursos hídricos na página da Sema.	Aprimoramento da página da Secretaria com informações específicas sobre recursos hídricos (leis, regulamentos, CERH, boletins de monitoramento, etc).	Patrick
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		2	2	2	NÃO	Não há programa de pesquisa na área de recursos hídricos viabilizadas pelo Amapá.	Até o momento não há iniciativas de pesquisas em recursos hídricos por parte do estado.	Avaliar se o nível 1 não é mais compatível com a realidade do estado.	IEPA/SEMA

Uma variável de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1)

Alcance em pelo menos uma variável de Informação e Suporte

META II.4 - Variáveis Operacionais	4.1	Outorga de direito de uso	B	5	2	2	1	SIM	Para o cumprimento dessa variável, foram consultadas as regulamentações referentes à outorga nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul. Os técnicos da SEMA/AP e IMAP realizaram em março de 2017, visita técnica à Secretaria de Meio Ambiente do Acre - SEMA/AC e Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, visando o intercâmbio de informações sobre a gestão de recursos hídricos, tendo em vista sua realidade e características, em consonância com ações objetivando conhecer os procedimentos adotados no Acre quanto à regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e a operacionalização da concessão e dispensa de outorga. Há previsão de regulamentação da outorga no amapá até agosto de 2017.	O estado ainda não implementou a concessão da outorga de direito de uso de recursos hídricos.	As minutas de regulamentação já estão prontas. Há previsão de aprovação pelo CERH até o final de agosto de 2017.	IMAP
	4.2	Fiscalização	B		3	3	1	SIM	No IMAP existe o Núcleo de Fiscalização de Recursos Hídricos, no entanto, como o estado não emite outorga, a fiscalização é realizada em função de processos de licenciamento ambiental ou denúncias.	Não há fiscalização sistemática de uso de recursos hídricos, uma vez que não há outorga. A fiscalização ficará a cargo do IMAP.	Fiscalizar os usuários regularizados.	IMAP
	4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	I		2	2	1	SIM	Não há sustentabilidade financeira para o sistema estadual de recursos hídricos.	Em 2016 foi repassado ao estado o montante de R\$ 5,8 milhões relativos à CFURH.	Prever a aplicação dos recursos transferidos ao estado (Progestão, Qualidade), além do orçamento próprio.	SEMA/IMAP/IEPA
	4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A		2	3	3	NÃO	O Manual da sala de Situação do Amapá foi enviado anexo ao Relatório Progestão em março de 2017. Os boletins emitidos pela Sala de Situação apresentam-se em conformidade com o Manual elaborado.	Já há procedimentos para mitigação de eventos extremos em parceria com a Defesa Civil, além de emissão de boletins meteorológicos.	Emitir boletins hidrologicos diários pela sala de situação e disponibilizar no site da SEMA e do IEPA.	IEPA
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	3	SIM	O FERH está operando somente com recursos financeiros do Progestão.	Somente os recursos do Progestão são destinados anualmente para o FERH.	Discutir a destinação de um percentual da CFURH para o FERH junto ao Governo do Estado.	SEMA

## METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS 2017	Responsável
	4.8	Programas e Projetos Indutores	A		2	2	1	SIM	Não há ações previstas para a elaboração de programa ou projeto indutor para a gestão de recursos hídricos em âmbito estadual.	Não foi registrada nenhuma iniciativa de programa ou projeto indutor.		

Uma variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)

Alcance em pelo menos uma variável Operacional

## LEGENDA:

<u>Arcabouço legal</u>	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Enquadramento	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
<u>SIM</u>	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

AMAPÁ	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2016	2017	2018	2019
META II.1 - Variáveis Legais, Inst. e de Art. Social	4	4	5	5
META II.2 - Variáveis de Planejamento	1	2	2	2
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	1	1	2	2
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	1	2